

PROJETO DE LEI 6.413/2016

1. Síntese da Matéria: Cria o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Tecnologias de Informação e Comunicação - Funtics, e incentiva a inclusão digital e o desenvolvimento local de produtos e serviços de tecnologia de informação e comunicação.

2. Análise: Ao analisar o Projeto de Lei e seu Substitutivo aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática identificamos que o art. 8º modifica a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, permitindo que as operações de datacenter sejam beneficiárias do Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES.

O REPES é um regime especial em que fica suspensa a incidência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS. Dessa forma, ao incluir as operações de datacenter no Regime Especial, haverá um impacto negativo no Orçamento da União sob forma de renúncia de receita¹, devendo a proposição subordinar-se aos ditames do art. 14 da LRF, art. 125, 126 e 137 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

O inciso II do art. 4º propõe a criação de uma nova contribuição (tributo) de 0,5% (meio por cento) sobre a receita bruta das pessoas jurídicas que exerçam preponderantemente as atividades de desenvolvimento de software ou de prestação de serviços de tecnologia de informação e comunicação.

Com relação ao Substitutivo aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, o Relator retirou a criação da nova contribuição, mas manteve o benefício tributário do REPES para o setor de datacenter.

3. Dispositivos Infringidos: Art. 14 da LRF. Art. 125, 126 e 137 da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO (Lei nº 14.116, de 31/12/2020) e art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

4. Resumo: O Projeto e o Substitutivo aprovado se encontram apoiados em renúncia de receitas da União. Logo, promove impacto fiscal negativo, cujo montante não se acha devidamente explicitado nem compensado. Em face desse aspecto, restam desatendidas as exigências e condições estabelecidas pelos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais anteriormente citados, tornando-se forçoso reconhecer que a matéria em exame não se mostra adequada e compatível sob a ótica orçamentária e financeira.

Por esse motivo, fica prejudicado seu exame quanto ao mérito na Comissão de Finanças e Tributação, em acordo com o disposto no art. 10 da Norma Interna – CFT:

Brasília, 27 de setembro de 2021.

Fábio Chaves Holanda
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira

¹ § 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. (art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)